



CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPLAN) Ata da 30ª reunião, realizada em 19 de junho de 2015

1 Em 19 de junho de 2015, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica de Planos
2 de Recursos Hídricos (CTPLAN) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: o presidente Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência
6 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
7 do Estado de Minas Gerais (Arsae) – representante do poder público estadual;
8 Jean de Carvalho Breves, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig);
9 Jorge Sadala, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Carlos
10 Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
11 Minas Gerais (Faemg); Patrícia Helena Gambogi Boson, da Federação das
12 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Celmo Niffenegger e Silva, do
13 Instituto Aço Brasil (IABr) – representantes dos usuários de recursos hídricos;
14 Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da Associação para a Gestão
15 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Anderson Silva de Aguiar, do
16 Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
17 (Fonasc); Vítor Carvalho Queiroz, do Conselho Regional de Engenharia e
18 Agronomia (Crea); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de
19 Uberlândia (UFU) – representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos
20 recursos hídricos. **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O presidente Elbert
21 Figueira Araújo Santos declarou aberta a 30ª reunião da Câmara Técnica de
22 Planos de Recursos Hídricos, agradeceu a presença de todos e manifestou sua
23 satisfação em participar deste Colegiado. **2) COMUNICADOS DOS**
24 **CONSELHEIROS.** A conselheira Patrícia Helena Gambogi Boson registrou que
25 foi aprovada pela CTPLAN uma resolução que estabelece critérios para
26 elaboração e análise de planos de recursos hídricos, mas que não foi dado
27 prosseguimento para sua aprovação no Plenário do CERH. “Essa resolução é
28 muito importante para o funcionamento desta Câmara. Ela foi aprovada por
29 unanimidade, e o IGAM não deu nenhum encaminhamento em relação a isso.”
30 A conselheira considerou ainda muito extensa a pauta desta reunião e propôs
31 que fosse avaliada uma forma para se agilizar os trabalhos sem que se
32 extrapole o horário previsto. “Nós nos sentimos constrangidos de, em uma única
33 reunião, ter três planos para ser aprovados. Fica muito difícil uma pauta com
34 três planos. É uma prática que não se pode repetir, sob pena de não fazermos o
35 nosso trabalho direito.” O conselheiro Celmo Niffenegger e Silva corroborou a
36 manifestação da conselheira representante da Fiemg em relação à extensão da
37 pauta e propôs que a reunião se estendesse no máximo até as 14h.” O

38 conselheiro Vítor Carvalho Queiroz endossou a proposta de fixação do horário
39 máximo das 14h para o término da sessão. O conselheiro Anderson Silva de
40 Aguilar apoiou as manifestações em relação ao tamanho da pauta e sugeriu que
41 fosse feita a apresentação dos planos nesta sessão e que as discussões e
42 deliberação fossem remetidas à próxima reunião. Robson Rodrigues dos
43 Santos, da Gerência de Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos
44 Corpos de Água, do IGAM: “Realmente, com três planos, eu acredito que a
45 pauta ficou um tanto quanto pesada. Mas esses planos foram concluídos há
46 mais de um ano, o contrato foi fechado, e os planos, aprovados nos comitês de
47 bacia. O fato de termos pautado os três nesta reunião foi até contando com a
48 colaboração da consultoria de fazer essa apresentação fora dos serviços
49 contratados. Em relação à DN de Planos, que foi discutida na CTPLAN, por
50 meio de um GT, ela foi encaminhada para o IGAM, que emitiu um parecer, e
51 está para ser pautada na CTIL. Esses planos pautados hoje foram contratados
52 e elaborados com base na legislação vigente, a Resolução Conama 145, a Lei
53 13.199 e o Decreto 41.578, que tratam de todo o conteúdo mínimo e da
54 metodologia. A proposta de DN foi demandada em 2012, quando estávamos
55 praticamente no processo final de elaboração dos planos, mas está para ser
56 pautada na CTIL.” O presidente Elbert Figueira Araújo Santos propôs que fosse
57 feita a apresentação dos planos e que as análises e deliberações se
58 estendessem ao prazo máximo das 14h, devendo ser concluídas, caso
59 necessário, na próxima reunião. Essa proposta foi acatada por consenso. **3)**
60 **EXAME DAS ATAS DA 29ª RE, DE 13/3/2015, E DA 1ª RE CONJUNTA DAS**
61 **CÂMARAS TÉCNICAS DO CERH (CTIL, CTIG E CTPLAN), DE 13/4/2015.**
62 Aprovadas por unanimidade, com abstenção do conselheiro Carlos Alberto
63 Santos Oliveira, as atas da 29ª reunião da CTPLAN, realizada em 13 de março
64 de 2015, e da 1ª reunião conjunta CTIL, CTIG e CTPLAN, realizada em 13 de
65 abril de 2015. **4) APRESENTAÇÃO IGAM – DIAGNÓSTICO DOS PLANOS**
66 **DIRETORES DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**
67 Robson Rodrigues dos Santos, do IGAM, fez exposição à Câmara sobre a
68 situação de elaboração e implementação dos planos diretores de recursos
69 hídricos no Estado e destacou que 27 das 36 Unidades de Planejamento e
70 Gestão de Recursos Hídricos possuem planos diretores concluídos e aprovados
71 pelo respectivos comitês de bacia, com “grande parte já aprovada pelo
72 Conselho Estadual de Recursos Hídricos”. Foi apresentado um mapa da
73 situação em todo o Estado. O conselheiro Vítor Carvalho Queiroz solicitou uma
74 apresentação, na próxima reunião, da situação dos planos nos seguintes
75 termos: “Esses planos estão sendo implementados? Qual a efetividade dos
76 instrumentos? Uma discussão para subsidiar melhor a nossa aprovação, sobre
77 o que pensamos e o que queremos desses planos.” Robson Rodrigues dos
78 Santos, do IGAM, informou que a área técnica está desenvolvendo e deverá
79 pautar, posteriormente, na Câmara um estudo de indicadores para mensurar a
80 implementação dos programas aprovados nos planos de recursos hídricos. O

81 conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira registrou a seguinte manifestação: “A
82 Lei 13.199, de 1999, tem 16 anos. Então, deveríamos já estar com os 36 planos
83 prontos. E é preciso demonstrar a efetividade do plano, a aplicação, se tem sido
84 de utilidade para o comitê de bacia. Na realidade, o que eu quero dizer é que
85 Minas Gerais sempre se arvorou de que era um Estado muito avançado nas
86 questões ambientais e de recursos hídricos, e eu, infelizmente, enxergo de
87 forma diferente. Eu vejo notícias de que tem Estados no Brasil que estão muito
88 atrasados, porém, não quero comparar com os atrasados, mas com os
89 adiantados. Minas Gerais está muito atrasado nessa questão. A última reunião
90 do Comitê do Paraopeba nós quase não fizemos porque não tinha quorum, o
91 que é lamentável. Nós do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e quem
92 trabalha com a questão precisamos ficar espertos, porque está muito atrasada.
93 E vem o governo com essa força-tarefa, que não sabemos muito bem o que irá
94 fazer. Enfim, temos que andar depressa com isso, porque senão Minas Gerais
95 vai pagar mico nessa questão de proteção de recursos hídricos. É uma crítica a
96 nós mesmos, para que caminhemos com mais efetividade nesse assunto.” **5)**
97 **APROVAÇÃO DE PLANOS DIRETORES DE RECURSOS HÍDRICOS DE**
98 **BACIAS HIDROGRÁFICAS. MANIFESTAÇÕES PRÉVIAS.** Representantes dos
99 comitês do Alto Rio Jequitinhonha (JQ1), do Médio e Baixo Rio Jequitinhonha
100 (JQ3) e do Rio Mosquito e demais Afluentes Mineiros do Rio Pardo (PA1)
101 registraram manifestações a respeito de seus respectivos planos diretores. João
102 Francisco de Pinho, vice-presidente do JQ1, destacou que, apesar de
103 dificuldades de acesso na bacia, inclusive, o plano do Alto Jequitinhonha foi
104 “exaustivamente discutido”. “Nos fizemos o triplo das reuniões programadas, as
105 discussões foram muito intensas, fizemos oficinas regionais e visitamos todos
106 os municípios da bacia, levamos as discussões para a comunidade e aos
107 conselheiros. O nosso plano diretor da bacia do Alto Jequitinhonha foi
108 construído com muita consciência e foi amplamente discutido, inclusive com
109 discussão muito acirrada na questão de enquadramento.” Emanuele Mares
110 Oliveira, vice-presidente do JQ3: “Nós construímos o plano diretor do JQ3
111 durante três anos, viajamos aos 34 municípios da nossa bacia, com toda
112 dificuldade que temos, e tivemos muito impasse na construção do nosso plano,
113 principalmente com as empresas de granito, que não concordavam com a
114 proposta de enquadramento nem com a maneira como o plano estava sendo
115 construído. Mesmo assim, com consulta pública, reunião de segmento, fazendo
116 três ou quatro reuniões por mês além do normal, conseguimos chamar esse
117 público também para pensar em conjunto conosco. E com isso construímos um
118 plano diretor forte. Mesmo ainda sendo aprovado, já estamos tentando mostrar
119 para a população a qualidade do plano. Na apresentação dos projetos do
120 Fhidro, muitas empresas procuraram o comitê de bacia para que pudessem ler
121 o plano para usar como base na construção dos projetos. Então a nossa bacia
122 ganhou muito com a construção deste plano.” A representante do comitê
123 destacou ainda a contribuição da Gama Engenharia e do IGAM na elaboração

124 do plano diretor da bacia. Aurélio de Oliveira, presidente do Comitê PA1,
125 informou que não foi programada apresentação do plano na região, por parte da
126 empresa Gama Engenharia, e considerou importante que fosse viabilizada essa
127 exposição para os prefeitos e lideranças regionais. Considerou ainda que falta
128 articulação do governo para divulgação do instrumento. Destacou ainda: “Eu
129 tenho muito medo de que esse plano venha e o governo não faça uso desse
130 plano, e que de novo vá para a gaveta, como foi o anterior. A única obra que o
131 Estado fez, das mais de 20 apontadas no plano, foi uma represa na região, em
132 1990. Ficam essas críticas para o governo.” O presidente do PA1 alertou ainda
133 sobre a “situação crítica de disponibilidade de água na região”. Robson
134 Rodrigues dos Santos, do IGAM: “Em relação à divulgação do plano, o contrato
135 com a empresa encerrou, ela cumpriu todas as fases de contrato, houve as
136 rodadas finais de apresentação. A partir do encerramento do contrato, a
137 responsabilidade passa a ser do comitê e do próprio órgão gestor, o IGAM. Nós
138 estamos começando um trabalho agora e vamos iniciar pelo comitê JQ1. No dia
139 1º, vamos fazer um seminário na bacia para apresentar o plano diretor, o
140 diagnóstico, programas, algumas alternativas de fonte de financiamento, e
141 estamos convidando todos os prefeitos e atores estratégicos da bacia para
142 participar. Em seguida, vamos multiplicar para as demais bacias.” Conselheira
143 Patrícia Helena Gambogi Boson: “Antes de ser divulgado e apresentado, o
144 plano precisa ser aprovado. Por isso, não faz parte do contrato da consultora
145 essa divulgação, porque só é oficial depois que é aprovado pelo Conselho
146 Estadual de Recursos Hídricos. Infelizmente, não é questão apenas de
147 divulgação, mas, apesar da crise, água não é prioridade política no país.
148 Associa-se muito a questão da água ao saneamento, mas é muito mais do que
149 isso. Eu acho que este governo começou de forma positiva na medida em que,
150 nas duas reuniões do Conselho, tinha três secretários de Estado. Isso nunca
151 havia ocorrido. Foi muito gratificante saber que as duas reuniões que ocorreram
152 do Conselho foram presididas pelo próprio secretário e que estavam presentes
153 dois outros secretários, presidente da Copasa e outros diretores de alto
154 escalão. Coisa rara. É um passo de formiguinha, mas não podemos desanimar.
155 Então, muito além do que simplesmente divulgar, nós precisamos, realmente,
156 ficar insistindo na temática.” O conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da
157 Silva registrou a seguinte consulta ao IGAM: “Eu questionei o IGAM,
158 informalmente. A aprovação do plano aqui na Câmara está relacionada à
159 cobrança, e o Conselho Estadual só se pronunciaria com relação ao plano
160 quando a cobrança estiver vinculada. Essa é a informação que eu tive do IGAM.
161 A partir do momento em que o comitê delibera o diagnóstico, o diagnóstico
162 estaria aprovado. Para o Conselho Estadual, o que cabem seriam a cobrança e
163 o enquadramento. Só estou querendo dirimir essas dúvidas, pois tive essa
164 resposta na última reunião da CTIL.” Robson Rodrigues dos Santos, do IGAM:
165 “A aprovação do plano pelo Conselho Estadual é em função do decreto da
166 cobrança. Está no decreto da cobrança que os planos de bacia, além de

167 deliberados pelos comitês, também precisam ser deliberados no Conselho
168 Estadual de Recursos Hídricos. Acredito que não somente em função das
169 diretrizes para cobrança. O que nós entendemos é que, como o decreto de
170 cobrança fala que tem que ser aprovado no Conselho, temos que encaminhar
171 para o Conselho.” O conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva solicitou
172 que a dúvida levantada seja encaminhada ao Jurídico do IGAM, para que possa
173 ser dada uma resposta formal. “Só um exemplo: no Conselho Nacional, o
174 Conselho só olha o plano quando vem o enquadramento. No momento em que
175 é aprovado na Plenária o plano diretor, já está aprovado o diagnóstico, e,
176 depois, conseqüentemente, imagino, a cobrança, quando for implementada. Eu
177 só queria saber essa questão juridicamente do IGAM, se no momento da
178 aprovação do diagnóstico, não estando vinculado à cobrança, o diagnóstico já
179 não seria válido só na aprovação do comitê.” A solicitação do conselheiro foi
180 acatada pela Presidência. **APRESENTAÇÃO DOS PLANOS E DEBATES.**
181 Eduardo Lanna, da Gama Engenharia, fez apresentação dos planos diretores
182 de recursos hídricos do Alto Rio Jequitinhonha (JQ1), do Médio e Baixo Rio
183 Jequitinhonha (JQ3) e do Rio Mosquito e demais Afluentes Mineiros do Rio
184 Pardo (PA1). Em seguida, esclareceu pontos destacados pelos conselheiros.
185 Segue síntese das contribuições registradas. Conselheira Patrícia Helena
186 Gambogi Boson: “A Lei 13.199 fala que os planos têm que seguir diretrizes do
187 Conselho, então, há uma relação indireta, mas penso que nós resolvemos isso
188 na medida em que fizemos uma deliberação de como deve ser o TDR em
189 relação ao plano. Foi dito muito bem que o Conselho Nacional de Recursos
190 Hídricos resolve isso aprovando apenas a deliberação específica sobre
191 cobrança e enquadramento. Eles encaminham assim. Então, senhor presidente,
192 eu acho que deveria ser feito um encaminhamento formal ao IGAM para uma
193 avaliação jurídica, porque o conselheiro tem razão, sob pena de esta Câmara
194 virar uma espécie de recursal de plano que foi aprovado. A competência desta
195 Câmara tem que ser reavaliada, ou até a existência dela, porque, na medida em
196 que já se diz como deve fazer um plano e como deve ser encaminhado, encerra
197 a competência. Eu acho que isso é uma questão séria e que temos que
198 realmente repensar, porque corremos o risco de sermos uma câmara recursal e
199 segmentária.” A conselheira parabenizou a apresentação dos planos e elogiou o
200 envolvimento e a relação da consultora Gama Engenharia com os comitês.
201 Destacou ainda alguns aspectos dos planos e solicitou que fossem explicitados
202 no encaminhamento para o Plenário do CERH. “Uma das características da
203 cobrança pelo uso da água é justamente desonerar o Estado de colocar recurso
204 humano e financeiro em uma bacia que tem capacidade econômica de
205 cobrança, para deixar o Estado mais robusto para fazer a gestão onde a
206 cobrança não tem essa robustez e essa capacidade. Eu acho que deveríamos
207 encaminhar um destaque para a questão da implementação da cobrança pelo
208 uso da água nas bacias em que já foi comprovada a pouca capacidade de
209 arrecadação. Outro ponto que deveríamos chamar muito atenção é com relação

210 à outorga. Uma bacia de escassez hídrica permanente é onde o instrumento de
211 regularização de uso, de gestão de uso, deveria ter mais cuidado. O IGAM tem
212 que repensar essa questão da outorga, na medida em que hoje todos sabem
213 que estamos com 13 mil processos de outorga empilhados, sem análise.
214 Repensar o modelo de outorga no Estado. Na outorga, tem a questão da Q-90.
215 O Plano Estadual de Recursos Hídricos não diz que tem que ser Q7-10, abre
216 espaço para uma reavaliação local, regional, para uma flexibilização,
217 especialmente no Norte de Minas.” Em seguida, a conselheira se manifestou
218 favorável à aprovação dos três planos. Conselheiro Anderson Silva de Aguiar:
219 “No JQ3 e no PA1, foram feitas propostas de alteração da vazão de referência
220 de Q7-10 para Q-90. A vazão outorgável hoje no Estado de Minas Gerais é de
221 30% da Q7-10. A proposta aqui é 50% da Q-90? No JQ3, a proposta é alteração
222 da vazão antes que sejam feitas as barragens de controle de vazão ou é
223 complementar, uma coisa substitui a outra?” Conselheiro Jean de Carvalho
224 Breves: “Se há recomendação para que se construa a barragem de Berizal, os
225 estudos envolveram a Cemig? Qual a metodologia utilizada para se fazer esse
226 estudo de impacto da barragem de Machado Mineiro? Se não o foi, gostaria que
227 envolvesse a Cemig antes de se aprovar o plano, para de repente até refinar
228 esses números. Achei muito inteligente a ideia de um município conseguir
229 aplicar o recurso no meio ambiente de toda forma. Bem dizer, é uma legalização
230 do mecanismo de aumentar o recurso para a agência. Mas eu gostaria de
231 alertar para o fato de que compensação financeira não é um valor estático que
232 em todo ano a prefeitura vai receber o mesmo valor. Depende da geração de
233 energia. A fórmula é um percentual vezes a geração de energia vezes uma
234 tarifa. E nesse período de crise a geração de energia despencou, os municípios
235 estão recebendo menos da metade, via de regra. Cada usina está com uma
236 situação um pouco diferente. Então, uma agência contar com esse valor como
237 parte fundamental para a sua viabilização é um pouco arriscado também,
238 porque em períodos de crise despenca o valor que ela iria receber. É preciso
239 que fique mais claro isso. Não é um impacto pequeno que está sendo falado. Eu
240 queira saber se envolveu a Cemig nessas simulações. Se está tirando a
241 capacidade de regularização de Machado Mineiro de 11,5 m³/s para 3 m³/s.
242 Não estamos preocupados só com o nosso problema da bacia do Pardo, porque
243 para baixo tem uma quantidade enorme de pessoas que dependem dessa
244 regularização. Está vestindo um santo e descobrindo outro. Então isso tem que
245 ser discutido, envolver a ANA, se for o caso, não podemos propor uma coisa
246 dessa sem uma discussão mais completa. Se é uma recomendação do plano,
247 eu discordo totalmente, neste primeiro momento, até que seja feito um estudo
248 mais detalhado, que tem que envolver todos os atores, para se deliberar alguma
249 coisa nesse sentido.” Aurélio de Oliveira, presidente do Comitê PA1: “No que diz
250 respeito a água para irrigação e água para geração de energia, eu acho
251 totalmente o contrário. Na represa de Machado Mineiro são 200 milhões de
252 metros cúbicos, em Berizal são 340 milhões. Quando foi feito o projeto, naquele

253 momento, na série histórica de 30 anos, o volume médio de chuva daria para
254 encher os dois reservatórios. No que diz respeito ao uso da água para a nossa
255 região, Machado Mineiro gera em torno de 1 MW de energia ou menos, em
256 média. Pelo volume de água usada, deve ser da Cemig o gasto mais ineficiente
257 de água de todas as usinas hidrelétricas da Cemig, minúscula, muito pequena a
258 geração. Se pegarmos um pouco dessa água e direcionarmos para irrigação,
259 certamente estaríamos pensando em talvez 5 mil, 6 mil, 7 mil empregos em um
260 horizonte de dez anos. Então, não aprovar porque talvez Berizal vá impactar na
261 geração de um 1 MW de energia de Machado Mineiro, que neste momento é
262 zero – está parada –, eu acho que seria temeroso, principalmente para nós da
263 região, de 150 mil habitantes, em função de uma empresa que está gerando 1
264 MW de energia. Então, eu gostaria que se pensasse bem nisso e se pensasse
265 em nós na região.” Conselheiro Vítor Carvalho Queiroz: “Eu acho que
266 precisamos definir bem qual é o nosso papel aqui ao aprovar o plano. O que
267 vamos mudar em um plano já aprovado pelo comitê de bacia, por quem está lá
268 acompanhando o trabalho, muito bem desenvolvido tecnicamente e com
269 qualidade de participação? Se não concordarmos, nós vamos alterar o que foi
270 definido no plano? Eu imaginava que discutiríamos muito mais os aspectos que
271 irão refletir nas deliberações normativas, no que se refere às diretrizes que os
272 planos devem seguir, e não propriamente o conteúdo de implementação, ainda
273 que utilizemos os resultados para subsidiar nossas decisões. Eu não me sentiria
274 confortável para mudar o que já foi desenvolvido e decidido pelo comitê de
275 bacia.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Fica complicado
276 uma decisão já tomada pelo comitê e tão discutida ser alterada por uma câmara
277 técnica ou um segmento que não foi contemplado. Vamos ficar em uma eterna
278 discussão. Depois, recorre ao Conselho Estadual. Precisamos definir essa
279 questão com o IGAM, para tornar esse processo mais dinâmico. Eu,
280 particularmente, respeitaria a decisão do comitê, que foi tomada lá na base. Já
281 a cobrança e o enquadramento são questões que envolvem, realmente, uma
282 discussão ao nível do Conselho.” O conselheiro defendeu que é preciso
283 incorporar nos planos diretores as diretrizes definidas pelo Estado relacionadas
284 às mudanças climáticas. “Têm que constar nos planos algumas diretrizes, não é
285 o caso destes planos, mas no IGAM temos que refletir esse tema dentro dos
286 planos.” O conselheiro destacou ainda que acompanhou a elaboração do plano
287 diretor da bacia do rio Paranaíba e que, “nos cenários, a variável ambiental foi
288 incluída como análise”. “É uma sugestão. Eu acho que isso tem que ser
289 explorado como variável nos planos, os impactos da mudança no Código
290 Florestal, considerando que isso irá interferir nesse cenário, como redução de
291 APP etc. Para reflexão nos próximos planos, em relação a cenários.” O
292 conselheiro pontuou também “a questão legal de normatização do Conselho
293 Nacional”. “A Resolução 45, que disciplina o conteúdo mínimo dos planos; o
294 Decreto Estadual 41.578, que regulamenta a Lei 13.199. Também um conteúdo
295 mínimo que deveria constar nos planos: a questão de identificação de áreas

296 sujeitas a restrição de uso visando à proteção de recursos hídricos, no caso da
297 União. No caso do Estado, 'e de sistemas aquáticos'. Esse item está sendo
298 negligenciado tanto em Minas quanto no Brasil inteiro. É algo que deixo como
299 reflexão também." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: "Eu tenho que concordar
300 com algumas considerações aqui feitas a respeito dos procedimentos sobre os
301 planos que estão sendo apresentados neste momento. Me parece que não há
302 competência para a Câmara Técnica fazer a aprovação do plano quando do seu
303 encaminhamento para o Conselho Estadual. Tanto é que a câmara recursal ao
304 plano é o próprio Conselho, e não a Câmara Técnica. A Câmara tem a
305 competência de analisar a questão técnica. Nós temos capacidade legal hoje de
306 votar o plano? Em segundo lugar, o plano de recursos hídricos não é um plano
307 de conservação ambiental, mas o enquadramento tem a sua função de
308 ordenamento do uso do solo. O Estado de Minas Gerais já rediscutiu a questão
309 da vazão de referência, e é a Q7-10. O que o Estado permitiu foi que analisaria
310 e modificaria de 30% para 50% em alguns casos. Não encontrei no plano
311 estadual que se poderá adotar uma vazão que não seja a Q7-10. O plano pode
312 até utilizar outras referências, mas o impacto por uma vazão que não é
313 reconhecida, neste momento, como de referência na classificação dos rios não
314 é uma coisa assim 'aumenta'". A criticidade é dada pela quantidade de água
315 que é retirada, pela vazão que é dada como referência. Se estou tirando mais
316 água do que aquilo que é dado como vazão de referência, não se resolve o
317 problema aumentando a vazão de referência. O fato é que hoje se retira mais
318 água do que é permitido. Estamos pensando no que fazer para permitir que se
319 continue a desrespeitar a legislação. Eu acho complicado trazer isso para o
320 plano. O local onde se discutem os parâmetros não é o plano, é o Conselho
321 Estadual, em outro momento. Se vamos ter que rediscutir os valores aqui, as
322 condições de estiagem passada já ocorreram. Nós tivemos menos chuvas em
323 59 e 63 do que na última grande estiagem. Acontece que em 59 e em 63
324 tínhamos muito menos gente, utilizava-se muito menos água, e a gestão era
325 feita de outra maneira. Mas isso não significa que a Q7-10 deve ser modificada
326 por causa da última estiagem. E se reduzir a oferta significa que vamos ter
327 menos água ainda e vai ter que regularizar menos ainda. Outra questão é que a
328 legislação prevê que só tem agência quando a bacia tiver capacidade de
329 suporte. Os números dizem que a bacia não tem capacidade de suporte. Então,
330 se quiserem ter agência, terão que juntar várias bacias. Não precisa ficar
331 buscando subterfúgio de financiamento. A Patrícia lembrou que tem 13 mil
332 procedimentos de outorga na fila para serem aprovados, enquanto a ANA está
333 aprovando com um pouco mais de celeridade. Eu sempre sei que, quando a
334 coisa não funciona, é porque alguém está ganhando com isso. Também são
335 assuntos que não fazem parte do que está programado para hoje, mas são
336 coisas que estão sendo levantadas aqui. O rio Jequitinhonha é um rio federal.
337 Quem é responsável pela outorga e pelo ordenamento na calha do rio federal é
338 a ANA. Se não existe comitê federal do Jequitinhonha, então vamos trabalhar

339 para criar o comitê federal em Minas, que tem a maior parte da área, para dar
340 mais palpites. Se não for assim, a responsabilidade é da ANA. Quanto a alterar
341 o enquadramento, no meu entendimento, o enquadramento é o instrumento
342 mais poderoso de regularização e de uso do solo em relação à qualidade da
343 água produzida na bacia. É por isso que, no meu entendimento, ficamos
344 procurando formas de alterar aquela qualificação dada no enquadramento. O
345 enquadramento é importantíssimo, pelas regras vigentes, que são a Q-710.
346 Esse é o meu entendimento.” Rodrigo Mundim, do IGAM: “A importância da
347 Câmara é observar se os aspectos legais foram observados na elaboração do
348 plano, e isso foi feito, houve um estudo detalhado, com o IGAM, na elaboração
349 do termos de referência, e há a necessidade de os estudos contemplados no
350 plano serem observados na fase de elaboração tanto de diagnóstico quanto
351 prognóstico, na elaboração de programas. Nesse aspecto técnico, o IGAM, até
352 na orientação dos próprios membros dos comitês de bacia, teve grande
353 preocupação de observar se esses critérios estavam sendo atendidos. Em
354 relação aos rios de domínio federal, o termo de referência se refere aos
355 afluentes da calha principal. Nós sabemos do aspecto de governança da ANA, e
356 observou-se que tentássemos trazer como proposta para abranger também a
357 calha federal, e não buscar regulamentar a calha federal. Mas que os estudos,
358 não só no aspecto dos afluentes, também pudessem delinear, até como
359 proposta para quando a Agência Nacional de Águas for viabilizar um plano
360 dessas bacias federais. Então, que tivesse um estudo. Não poderíamos perder
361 essa oportunidade. Tentar levar a perspectiva de Minas Gerais para essas
362 calhas federais, tentando abranger um plano de desenvolvimento para a bacia
363 que respeitasse os aspectos ambientais, legais e disponibilidade hídrica que
364 pudessem ser abrangidos em um plano diretor. Quanto à preocupação do Jean,
365 temos que lembrar que os programas que estamos trazendo aqui são
366 propostas. No processo de implementação, há toda uma discussão. Foi
367 elaborada uma série de diagnósticos e de cenários que possibilitam a
368 implementação desses programas, mas no processo de implementação vai ter
369 toda uma negociação de articulação para se chegar aos resultados.” Robson
370 Rodrigues dos Santos, do IGAM: “Eu entendo que a Câmara Técnica de Planos
371 vai além dessa questão de checar a parte legal, até mesmo porque o próprio
372 Conselho tem uma câmara para esse fim. É papel da Câmara fazer toda essa
373 análise técnica dos conteúdos dos planos, até para subsidiar o Conselho
374 Estadual em decisão futura. Em relação aos instrumentos de gestão, eu quero
375 reforçar que o plano oferece subsídios. É decisão do comitê, por exemplo,
376 definir se vai cobrar e o quanto vai cobrar, como qualquer metodologia, mas é
377 preciso decidir isso em cima de um instrumento, que é o plano diretor. E a lei
378 determina que o plano tem que dar algumas diretrizes para a cobranças, e foi
379 isso que o plano trouxe. Não necessariamente são aqueles valores que estão
380 lá, não necessariamente aquele formato de agência que está sendo proposto. E
381 talvez nem tenha cobrança, talvez o Estado tenha que fazer essa função. Mas é

382 propositivo, e o comitê irá decidir em relação a isso. Outra questão é com
383 relação a outorga. O Plano Estadual fez vários estudos e simulações, e, por
384 decisão, naquele momento, até por questões operacionais do IGAM, o próprio
385 Conselho trabalhou em cima da Q7-10 e permitiu a flexibilização, em algumas
386 regiões, de 30% para 50%. E assim para os demais planos que já passaram
387 pelo Conselho. A lei fala que os planos deverão apontar diretrizes e simulações,
388 não só com a vazão adotada, mas expondo também outras vazões. Quanto ao
389 enquadramento, é uma norma que tem que ser seguida, e o licenciamento
390 ambiental tem que debruçar em cima daquilo, mas o plano diretor é um plano
391 com propostas acordadas na bacia, harmonizadas com todos os setores, e tem
392 algumas diretrizes. Agora, se vai mudar para Q-90, se flexibiliza a Q7-10, isso é
393 prerrogativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.” O conselheiro Jorge
394 Sadala se manifestou favorável à aprovação dos planos diretores. Em seguida,
395 esgotados as discussões e esclarecimentos por parte do IGAM e também do
396 representante da consultoria dos planos, Gama Engenharia, Eduardo Lanna, o
397 presidente Elbert Figueira Araújo Santos submeteu os três planos à aprovação
398 da CTPLAN, nos termos apresentados. **DELIBERAÇÃO DA CTPLAN. 5.1) Alto**
399 **Rio Jequitinhonha (JQ1)** . Plano Diretor aprovado por unanimidade com
400 abstenção do conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi. **5.2) Médio e Baixo Rio**
401 **Jequitinhonha (JQ3)**. Plano Diretor aprovado por unanimidade com abstenção
402 do conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi. Declaração de voto - Conselheiro
403 Anderson Silva de Aguiar: “Nós vamos votar pela aprovação. O ponto de dúvida
404 é o mesmo sobre a vazão de uso, Q7-10 ou Q-90. Nós entendemos que isso
405 não deve ser regulamentado, obviamente, e que também é uma proposta, não é
406 nada colocado. Como também não fomos procurados outras vezes, até porque
407 o Fonasc participou de todo o processo, o voto é favorável, mas com esse ponto
408 de atenção de que não estamos aqui manifestando favorável de forma nenhuma
409 sobre a mudança da vazão como realmente é.” **5.3) Rio Mosquito e demais**
410 **Afluentes Mineiros do Rio Pardo (PA1)**. Plano Diretor aprovado por maioria,
411 com abstenção do conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi e voto contrário do
412 conselheiro Jean de Carvalho Breves. Declaração de voto: “Neste caso, eu sou
413 contra por conta da insegurança com relação aos dados da influência que vai
414 ter a barragem de Berizal na barragem de Machado Mineiro.” (Conselheiro Jean
415 de Carvalho Breves). **6) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Gustavo Bernardino
416 Malacco da Silva: “Nós entendemos que há um termo de referência, a questão
417 orçamentária etc., mas o IGAM não pode dizer que cumpriu a legislação mínima
418 no conteúdo desses três planos. Um item não foi contemplado. Seja por
419 questão orçamentária etc. Só deixar claro isso. Só estou alertando porque eu
420 acho que em uma hora isso vai bater na questão da Justiça. Eu acho que temos
421 que tentar equalizar essa questão dessas áreas de restrição. Se está na
422 legislação, buscar, mesmo os dados secundários. O Lanna destacou que
423 trabalha com dados secundários. Existem informações secundárias em algumas
424 bacias – não sei se é o caso do Jequitinhonha –, pelo menos na questão de

425 proteção de ecossistemas aquáticos, que podem ser utilizadas pelo IGAM.
426 Então, só gostaria de chamar a atenção para, no futuro, não termos esse tipo
427 de processo, sendo enviado um plano a ser aprovado por não cumprir essa
428 normatização.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Só para registrar que, em
429 setembro, irá ocorrer em Uberlândia a Conferência Nacional de Segurança
430 Hídrica. Já foi comunicado ao Conselho Estadual, mas eu reforço e,
431 futuramente, vou trazer outras informações a respeito do evento.” Conselheiro
432 Vítor Carvalho Queiroz: “Só para reforçar, para tentar, na próxima reunião,
433 encaminhar essa discussão um pouco do nosso papel. Eu queria sugerir que
434 focássemos muito na efetividade, se os planos estão sendo utilizados, como
435 estão sendo utilizados e se estão tendo algum resultado. A partir da
436 apresentação do IGAM, poderíamos talvez traçar os nossos objetivos na
437 Câmara. Como já foi feita proposta de resolução do papel e da diretriz, agora
438 vamos verificar se isso está sendo efetivado.” Robson Rodrigues dos Santos, do
439 IGAM: “Agradecemos a presença da Gama Engenharia, na pessoa do Lanna,
440 que colaborou muito hoje com os trabalhos e veio voluntariamente, uma vez que
441 os serviços já foram encerrados há mais de um ano.” **7) ENCERRAMENTO.**
442 Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Elbert Figueira
443 Araújo Santos agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão,
444 da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Presidente Elbert Figueira Araújo Santos